

## **Amamentação e Políticas Públicas de Saúde: Uma contribuição da enfermagem para assistir mulheres-que-realizaram-o-teste-rápido-anti-hiv em maternidades.**

**Autoras:** Rosana de Carvalho Castro<sup>1</sup>  
Ivis Emília de Oliveira Souza<sup>2</sup>

**Introdução:** O momento do parir, nascer e amamentar é, especialmente no cenário hospitalar, determinado por normas, rotinas e condutas inerentes à esfera das políticas públicas de saúde <sup>1,2</sup>. A amamentação na sala de partos tem sido postergada devido ao mecanismo da transmissão vertical do Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) <sup>3</sup>.

**Objetivos:** Compreender o significado do apoio e o sentido da amamentação, no discurso das políticas públicas de saúde da mulher frente ao risco de transmissão vertical do HIV; analisar compreensivamente o significado de mulheres que realizaram o teste rápido anti-HIV em relação à ajuda para iniciar a amamentação na sala de partos e, desvelar o sentido da não ajuda para amamentação na sala de partos para mulheres que realizaram o teste rápido anti-HIV. **Descrição da metodologia:** pesquisa qualitativa ancorada na abordagem fenomenológica e no pensamento de Martin Heidegger <sup>4</sup>.

**Resultados:** A análise compreensiva e interpretativa desvelou uma hermenêutica das políticas públicas de saúde mediante o dito e não dito do discurso oficial da amamentação frente ao risco de transmissão vertical do HIV. As mulheres se mostraram dominadas pelo falatório, vivendo a ambiguidade de querer e de não querer ser ajudada a colocar o bebê no peito considerando as condições do parto e pós-parto. O sentido da não ajuda expôs a facticidade, a decadência e a curiosidade desvelada pela compreensão de que não poderiam ser ajudadas sem ter o resultado do exame anti-HIV. **Conclusão:** As políticas públicas em saúde da mulher devem assegurar participação ativa, empoderamento e autonomia no processo de parturição visando o resgate da prática da amamentação e a prevenção da TV/HIV. Os membros da equipe de enfermagem que atuam no Centro Obstétrico precisam estar aptos a romper com o modelo hegemônico, assumindo modos de ser que favoreçam uma prática de cuidado solícito e autêntico, focalizado na singularidade das mulheres.

Descritores: Política Pública de Saúde, Aleitamento Materno, Síndrome da Imunodeficiência Humana

Área Temática Políticas e Práticas em Saúde e Enfermagem

Referencias:

1. BRASIL. Resolução RDC nº 36 que dispõe sobre Regulamento Técnico para o Funcionamento dos Serviços de Atenção Obstétrica e Neonatal, publicada em 04 de junho de 2008 no Diário Oficial da União

2. BRASIL. Manual normativo para profissionais de saúde de maternidades da Iniciativa Hospital Amigo da Criança – Referências para mulheres HIV positivas e outras que não podem amamentar. Brasília: Secretaria de Atenção a Saúde, 2004.

---

1 Enfermeira Obstetra. Doutora em Enfermagem (EEAN/UFRJ). Professora Adjunta do Departamento Interdisciplinar da Universidade Federal Fuminense/PURO. e-mail rocar.castro@ig.com.br

2 Enfermeira Obstetra. Doutora em Enfermagem (EEAN/UFRJ). Professora Titular do Departamento de Enfermagem Materno-Infantil da EEAN/Universidade Federal do Rio de Janeiro

3. OLIVEIRA, M.I.C; SILVA, K. S; JÚNIOR, S.C. G e FONSECA, V.M. Resultado do teste rápido anti-HIV após o parto: uma ameaça à amamentação ao nascimento. Revista de Saúde Pública, São Paulo, 44 (1). p. 60-69, 2010

4. HEIDEGGER, M. . Ser e tempo. 3º edição. Petrópolis: Vozes, 2008.